



APÊNDICE A

AUTORES E ÊNFASE	TYLER	CRONBACH	SCRIVEN	STUFFLEBEAM	STAKE	SAUL E FETTERMAN
COMPETÊNCIA	Psicólogos educacionais	Experimetalistas	Consumidores em potencial	Administradores e Economistas	Usuários do Sistema Educacional	Usuários do Processo Educacional
ABORDAGEM	Medida de ganhos do estudante	Pesquisa Educacional	Avaliação <i>goal-free</i>	Análise gerencial	Interação/ Observação	Empoderamento
OBJETIVOS	Medir o desempenho e o progresso do estudante	Desenvolver explicações e táticas de instruções	Avaliar efeitos de um programa	Aumentar a racionalidade nas decisões	Compreender a atividade e valores	Avaliar para empoderar
ELEMENTOS	Definição de objetivos, análise de escores e discrepância entre escores e realidade	Condições controladas, análise multivariada e base para generalização	Ignora objetivos propostos e adota um <i>check-list</i>	Relação de opções, estimativa, retro-informação contínua, custos, eficiência	Questões educacionais, observação em sala de aula, estudo de caso, visão pluralista	Bastante amplos e abertos para negociação entre os avaliadores
VANTAGENS	Destaca e identifica o progresso do estudante	Novos princípios instrucionais e desenvolvimento de materiais	Informa os efeitos e valoriza fatores subjetivos	Retro-alimentação para tomada de decisões	Mostra amplo quadro do programa e identifica conflitos de valores	Conquista da autonomia e fim da avaliação para controle
RISCOS	Super-simplificação dos objetivos educacionais e desconsideração do processo	Condições artificiais; ignora aspectos humanísticos	Super-valoriza documentos e relatórios	Supervalorização da eficiência e subestimação de elementos implícitos	Grande apoio a percepções subjetivas; ignora causas	Cair no campo utópico de uma autonomia que pode não ser conquistada

Quadro 1 – Análise comparativa entre as diferentes abordagens
Fonte: Adaptado de Stake (1973, APUD VIANNA, 2000)

AS ATIVIDADES DE SUPERVISÃO NO PROJovem URBANO NA ÓTICA DO APLICADOR

Andreia Serra Azul da Fonseca
Maria do Socorro de Sousa Rodrigues
Ana Paula de Medeiros Ribeiro
Joyce Carneiro de Oliveira

Introdução

O Programa de Inclusão de Jovens (PROJovem) existe no Brasil desde 2005 quando foi instituído pela Lei nº 11.129, cujo principal objetivo era executar ações integradas que propiciassem aos jovens brasileiros a oportunidade, através de cursos, da elevação do grau de escolaridade visando à conclusão do ensino fundamental, qualificação profissional, desenvolvimento de ações comunitárias e exercício da cidadania.

Entretanto, a recente Lei nº 11.692 de 2008 revogou a anterior dando novas características ao programa, dentre elas a ampliação do alcance dos beneficiários e a nova nomenclatura as suas modalidades.

O Projovem, destinado a jovens de 15 (quinze) a 29 (vinte e nove) anos, com o objetivo de promover sua reintegração ao processo educacional, sua qualificação profissional e seu desenvolvimento humano, será desenvolvido por meio das seguintes modalidades:

- I - Projovem Adolescente - Serviço Socioeducativo;
- II - Projovem Urbano;
- III - Projovem Campo - Saberes da Terra; e
- IV - Projovem Trabalhador. (Art. 2º)

A modalidade a qual se refere este artigo inclui-se no inciso II, o Projovem Urbano:



O Projovem Urbano atenderá a jovens com idade entre 18 (dezoito) e 29 (vinte e nove) anos, que saibam ler e escrever e não tenham concluído o ensino fundamental (Art. 12).

O ProJovem Urbano tem como principal finalidade proporcionar formação integral aos jovens por meio de uma efetiva associação entre:

- Formação Básica, para elevação da escolaridade, tendo em vista a conclusão do ensino fundamental;
- Qualificação Profissional, com certificação de formação inicial;
- Participação Cidadã, com a promoção de experiência de atuação social na comunidade.

Nessa perspectiva, o Programa tem como finalidades específicas:

- a re-inserção dos jovens no processo de escolarização;
- a identificação de oportunidades potenciais de trabalho e a capacitação dos jovens para o mundo do trabalho;
- a participação dos jovens em ações coletivas de interesse público;
- a inclusão digital como instrumento de inserção produtiva e de comunicação;
- a ampliação do acesso dos jovens à cultura.

Dessa forma, como política pública, o Projovem Urbano demanda um contínuo processo de avaliação e monitoramento partindo do pressuposto de que os programas mudam, sejam por um ou pela combinação de três fatores principais: 1) estrutura interna do programa; 2) forças externas que influenciam o programa; e 3) compreensão da forma pela os programas mudam no sentido de ajudar a atingir objetivos de cunho social.



(WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004) Nesse sentido, os avaliadores, principalmente aqueles que exercem suas funções de análise durante o processo, precisam compreender que os programas mudam e que as informações geradas a partir de uma avaliação podem e devem tornar essas mudanças mais funcionais e efetivas.

A estratégia escolhida para o procedimento de avaliação do PROJOVEM conta com a participação de 9 (nove) universidades federais brasileiras (Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Universidade Federal da Bahia – UFBA, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UNIRIO, Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, Universidade Federal do Ceará – UFC, Universidade Federal do Amazonas – UFAM, Universidade Federal do Pará – UFPA, Universidade Federal de Pernambuco – UFPE e Universidade Federal do Paraná – UFPR). Cada instituição designou um representante para compor o Grupo de Trabalho (GT) de Supervisão, o qual se reúne periodicamente, juntamente com a representante da Coordenação Nacional, para discutir questões específicas dessa área, tais como: o aprimoramento dos instrumentos de coleta de dados, do sistema de inserção de dados, das metodologias de supervisão, dentre muitas outras.

No caso do Projovem Urbano, especificamente no monitoramento e avaliação do programa, surgem as atividades de supervisão responsáveis pelo acompanhamento contínuo e sistemático das ações de implementação.

Aplicar os instrumentos de supervisão é tarefa do aplicador fixo, profissional contratado pela universidade para este fim. Para a execução de suas atividades, ele vai a campo colher as informações necessárias. Nessa empreitada, enfrenta algumas dificuldades que, muitas vezes, pela própria dinâmica das atividades não há espaço para que ele as externe, manifeste suas ideias ou sugira pontos que possam ser aproveitados positivamente.

Dessa forma, o presente estudo traz uma síntese do trabalho realizado pela supervisão do Projovem, bem como uma



discussão sobre o que ocorre durante a realização dessas atividades, na ótica do aplicador. As questões abordadas envolvem as dificuldades encontradas por este profissional e a identificação das rotinas cuja aplicação causa transtornos.

Analisar as percepções do aplicador das rotinas de supervisão do Projovem foi, pois, o intuito maior deste trabalho. Para tanto, foi elaborado um questionário contendo dez questões, sendo seis abertas e quatro fechadas para a coleta dessas informações. O instrumento foi pré-testado com alguns servidores na UFC, a fim de se verificar a clareza e consistência dos quesitos.

Após os ajustes no questionário, este foi entregue aos catorze aplicadores contratados pela Universidade Federal do Ceará e que realizam as tarefas de supervisão nos estados do Ceará, Maranhão e Piauí.

O artigo está dividido em três partes. A primeira parte traz uma síntese das atividades de supervisão do programa, a segunda apresenta os dados coletados analisados numa dimensão qualitativa e por fim, a última parte traz as considerações finais sobre o tema discutido.

As Atividades da Supervisão

Para Cotta (2001, p. 91), a avaliação de políticas públicas é classificada “em função do seu *timing* (antes, durante ou depois da implementação da política ou programa), da posição do avaliador em relação ao objeto avaliado (interna, externa ou semi-independente) e da natureza do objeto avaliado (contexto, insumos, processo e resultados)”.

No que se refere ao *timing*, a supervisão do Projovem atua durante a implementação das ações do programa realizando atividades de acompanhamento. Em cada fase supervisionada, há a atuação de aplicadores devidamente contratados e treinados pelas universidades para realizarem a tarefa dentro da padro-



nização e rigor indispensáveis à correta coleta de dados. Dessa forma, a posição do avaliador em relação ao objeto avaliado é puramente externa, sendo o foco desse objeto, o processo.

Estes profissionais se deslocam aos locais em que se dão as atividades do programa e aplicam instrumentos específicos para cada objeto a ser supervisionado, utilizando-se das técnicas de observação, de entrevistas e/ou de questionários estruturados. As observações são feitas em diferentes momentos, sendo que algumas são repetidas a cada novo ciclo de atividades (ciclo I – do 1º ao 6º mês; ciclo II – do 7º ao 12º; ciclo III do 13º ao 18º mês).

Vale ressaltar que a coleta de dados é feita em determinados dias do ciclo de atividades, sem aviso prévio aos locais a serem supervisionados garantindo, assim, uma coleta de dados bem próxima da realidade referente àquele período específico de observação.

Esses dados são alimentados em sistema próprio desenvolvido exclusivamente para este fim, gerando relatórios automáticos que têm como principal objetivo servir como ferramenta da gestão local para fins de intervenção e aprimoramento das condições levantadas pela supervisão.

Como dito anteriormente, a supervisão se utiliza de instrumentos específicos para coletar dados sobre as diferentes fases e objetos a serem supervisionados. Com a entrada da nova coordenação do GT de supervisão, a partir de julho de 2009, todos os instrumentos foram revistos e alterados, a fim de melhor responderem às demandas do monitoramento do programa, em termos de qualidade e objetividade das informações.

Para uma melhor compreensão do funcionamento da coleta de dados, quanto aos objetivos, forma e periodicidade, elaborou-se o quadro 1 que mostra de uma forma panorâmica as principais características das rotinas de supervisão.

Vale destacar que a supervisão nos municípios que entram no programa via Estado, teve seu desenho alterado devido



à necessidade de um melhor e mais efetivo acompanhamento de sua implementação.

Devido às dificuldades de deslocamento agravadas pela distância geográfica desses municípios, a supervisão tinha um desenho amostral. As rotinas eram aplicadas em 10% dos municípios do Estado ou, no mínimo, em três. A cada rotina, os aplicadores observavam municípios diferentes para ser possível cobrir a maior parcela deles, em cada Estado.

Entretanto, em um dos momentos de discussão do Grupo de Trabalho de Supervisão colocou-se em pauta a possibilidade de mudança do desenho atual, visto que a supervisão estava fragmentada sem oferecer, de fato, elementos que subsidiassem a gestão local de forma efetiva.

Desse modo, após diversas discussões e estudos de viabilidade feitos pelos membros do GT, foi aprovado o novo delineamento da supervisão exclusivo para os municípios com entrada via Estado. Para uma melhor visão do novo desenho, elaborou-se o quadro 2.

Como exposto, as atividades da supervisão do Projovem Urbano em ambos os desenhos têm como intuito maior subsidiar a gestão local na correta tomada de decisão quanto ao aprimoramento de suas ações, bem como subsidiar a Coordenação Nacional no acompanhamento do programa nas diversas localidades em que ele é ofertado.

Análise dos Resultados

As respostas dos aplicadores foram divididas em seis blocos temáticos, a saber: (1) avaliação da realização das rotinas; (2) receptividade das rotinas; (3) dificuldade de aplicação; (4) condições físicas das salas de aula; (5) falhas das coordenações locais e (6) retroalimentação do programa.

Sobre o primeiro bloco, houve unanimidade entre os respondentes acerca das vantagens na modalidade de coleta, ou



seja, a coleta *in loco* possibilita aos aplicadores uma melhor visão sobre o funcionamento das atividades do programa.

Outro aspecto positivo mencionado foi a possibilidade de as rotinas serem alimentadas no sistema em tempo real. De fato, o conhecimento pelos gestores municipais e, sobretudo, pela Coordenação Nacional da realidade investigada leva à tomada de decisões com maior rapidez. O sistema gera relatórios *on line* que são atualizados à medida que novos dados são inseridos.

Entretanto, apesar de que esse ponto tenha sido colocado como positivo, ele se relaciona com a avaliação que os respondentes fizeram sobre o funcionamento do sistema. Neste quesito, apenas um aplicador considerou o sistema “ótimo”, três avaliaram como “bom”, um como “inadequado” e nove como “regular”. Suas principais queixas foram: a demora na abertura das janelas, a lentidão e a constante insegurança sobre as informações inseridas.

De fato, todos esses problemas são reais, porém, como todo novo sistema de informática a ser implantado, o sistema do Projovem também passou por momentos de adaptação e testes, o que provocou certos contratemplos na realização da tarefa de inserção dos dados coletados nas rotinas de supervisão e, por conseguinte, atrasos na geração dos relatórios.

Vale ressaltar que todos esses problemas estão sendo sanados e, atualmente, o lidar com o sistema está muito mais facilitado, tendo em vista os resultados da avaliação citados acima.

Ainda sobre o primeiro bloco, os aplicadores consideram extremamente importante o *feedback* das informações coletadas pela supervisão. Dizem que no caso da rotina de qualificação profissional há muitas informações que os alunos relatam, mas que não há espaços no sistema para informar. Muitos concordam que há necessidade de retorno dessas ações para os segmentos que executam o programa, em tempo hábil, bem como para os educadores do programa.



Sobre o segundo bloco, a receptividade das rotinas, os aplicadores relataram que as rotinas menos receptivas são a de formação continuada e a de condições de oferta. Em relação a esta última, infere-se que a justificativa para a pouca receptividade é que se trata de uma rotina em que o aplicador necessita observar o núcleo (escola) por completo, quantificando e detalhando tudo o que o instrumento solicita.

Na verdade, o que é investigado nessa rotina são as reais condições ofertadas para o funcionamento do programa. Vale destacar que o que norteou a elaboração desse instrumento foram os documentos oficiais que definem as condicionalidades, ou seja, tudo o que é exigido para dar condições ao programa funcionar adequadamente. No momento da assinatura do pacto entre a coordenação nacional e as coordenações locais, essas últimas se comprometem a ofertar tudo o que é colocado como indispensável ao funcionamento. Isso engloba as condições físicas da escola e das salas de aula, passando pela infraestrutura básica de segurança, saneamento e alimentação dos alunos, dentre muitos outros aspectos. Essa rotina, sem dúvida, demanda da direção da escola uma total abertura para que o aplicador tenha acesso às diversas dependências da escola a fim de preencher o instrumento.

A outra rotina classificada como menos receptiva foi a que colhe informações sobre o perfil dos educadores. Trata-se de um instrumento de natureza auto-aplicável. “Como o nome indica, ele é feito para ser preenchido pelos próprios respondentes” (MAY, 2004, p. 119).

Esse bloco está muito relacionado com o das dificuldades de aplicação. Nesse último quesito, o aplicador respondeu que a maior dificuldade nas aplicações decorre do mau atendimento da direção das escolas e dos professores.

Os aplicadores também relataram que os professores ficam um pouco receosos com as primeiras rotinas, isto é, nos primeiros contatos da supervisão. Já a partir do segundo conta-



to, ficam menos apreensivos e recebem com mais tranquilidade as outras rotinas.

Sobre a direção, tal comportamento leva a crer que ela pode estar vendo a atuação do aplicador como algo negativo e não como algo que vá lhe dar um retorno para aprimorar o que está falho e manter o que está bom.

Os resultados das rotinas de supervisão não deixam de ser aspectos relevantes de um processo de avaliação. Mesmo porque

[...] a avaliação pressupõe uma coleta de informações pertinentes. Assim, podemos considerar a coleta de informações como uma etapa de um processo de avaliação que deve levar a conclusões e cujos critérios operacionais válidos devem ser estipulados (DE KETELE, 1992 apud BONNIOL, 2001, p. 161).

A mesma inferência pode ser feita em relação à receptividade por parte da direção escolar e dos professores. Meta-de dos aplicadores relatou que os professores se apresentam “aborrecidos e apáticos” ao contato da supervisão.

Da mesma forma, esse bloco também se relaciona com o bloco que trata das percepções quanto aos aspectos físicos das salas de aula do programa. Os aplicadores relataram que as condições não são boas, na maioria das salas e quando existe equipamento na escola, os professores e alunos do projeto não possuem acesso. Os problemas mais relatados foram: a falta de água, de computadores, TVs e vídeos; quadros em péssimas condições, muitas carteiras velhas e a ausência de bibliotecas.

No bloco sobre as falhas das coordenações locais, os aplicadores mencionaram em ordem de ocorrência: falta de *feedback* aos alunos e professores sobre a supervisão realizada; insegurança na escola; falta de sensibilização para os gestores das escolas sobre a importância do Projoovem; informes equivo-



cados à supervisão sobre as datas das formações continuadas; realização de reuniões pedagógicas no horário da aula; falta dos materiais referentes à qualificação profissional; deficiência no monitoramento da frequência dos professores e dos alunos. Segundo os aplicadores, essas são as falhas mais recorrentes que prejudicam o trabalho da supervisão, mas que, por outro lado, poderiam ser minimizadas através de um cuidado maior das coordenações locais.

Para o último bloco, os aplicadores relataram que as rotinas que mais dão chances para o programa se aprimorar são a de condições de oferta, a de qualificação profissional e as rotinas de frequência, através das quais pode-se ter um panorama do cumprimento ou não das condicionalidades do programa, bem como do quantitativo dos alunos frequentes. De fato, essas três rotinas dão uma visão sobre o real funcionamento do programa dentro do que foi previamente acordado entre as partes interessadas, ou seja, essas rotinas investigam se o que foi prometido está sendo realmente cumprido.

Considerações Finais

As atividades de supervisão do Projovem Urbano se configuram como oportunidades de avaliação das ações de implementação do programa. Os instrumentos de supervisão, quando devidamente aplicados, possibilitam a geração de um conjunto de informações que pode ser utilizado para o aprimoramento das ações desenvolvidas. Por este ângulo, a atuação da supervisão subsidia a tomada de decisões pelos gestores.

Sendo as coletas realizadas e as informações sistematizadas ao longo do processo, pode-se afirmar que a supervisão serve para uma avaliação formativa (SCRIVEN, 1967). No caso de programas sociais essa prática necessita ser recorrente diante “[...] do aprofundamento da crise fiscal, da escassez de recursos do setor público e da imprescindível intervenção governa-



mental para atender à população mais necessitada.” (COSTA; CASTANHAR, 2003, p. 960). Uma vez sistematizadas as informações e sendo estas organizadas em relatórios específicos, pode-se dizer que possibilitam à gestão local procederem às atividades de intervenção nos pontos de fragilidade apontados. Dessa forma, a supervisão aproxima-se da função da avaliação defendida por Stufflebeam (1985), fundamentando as tomadas de decisões. Por outro lado, serve também para a função de controle por parte da Coordenação Nacional.

Dessa forma, há de se perceber a valiosa contribuição que as ações da supervisão proporcionam ao programa. Entretanto, toda a gama de coleta desses importantes dados é realizada pela figura do aplicador que, no desempenho de suas tarefas, enfrenta diversas situações, algumas inclusive que prejudicam o seu trabalho e, por conseguinte, a fidedignidade dos dados coletados.

Das dificuldades elencadas, a que mais preocupa é a má receptividade dos gestores das escolas e dos professores em relação à figura do aplicador e ao serviço que ele precisa desempenhar. Isso, certamente, gera mal-estar em ambas as partes e, sobretudo, dificulta o acesso às informações necessárias.

As respostas preliminares desse estudo abriram, pois, um leque de outros questionamentos que podem se configurar em questões de pesquisas posteriores.

Referências

- BRASIL. **Lei N 11.692**. Brasília, 2008.
- BONNIOL, J. J., VIAL, M. **Modelos de avaliação**. Trad. Cláudia Schilling. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- COSTA, Frederico Lustosa; CASTANHAR, José Cezar. Avaliação de Programas Públicos: desafios conceituais e metodológicos. In: http://www11.ebape.fgv.br/comum/arq/Costa_castanha.pdf. Acesso em: 28/09/10.



COTTA, Tereza Cristina. Avaliação educacional e políticas públicas: a experiência do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb). In. *Revista do Serviço Público*. Brasília, v. 52, n. 4, p. 89-110, out./dez. 2001.

MAY, Tim. *Pesquisa social: questões, métodos e processos*. Trad. Carlos Alberto Silveira Netto Soares. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SCRIVEN, M. *The methodology of evaluation*. Chicago: Rand Mc Nally, 1967.

STUFFLEBEAM, S. I.; SHINFIELD, S. J. *Systematic evaluation*. Boston: Kluwer et Nijhoff Publishing, 1985.

WORTHEN, Blaine; SANDERS, James; FITZPATRICK, Jody. *Avaliação de Programas: concepções e práticas*. São Paulo: Editora Gente, 2004.



APÊNDICE A

Instrumento	Objetivo	Caracterização das técnicas utilizadas	Período de aplicação
Rotina 001 – Matrícula	Supervisionar os procedimentos de matrícula de jovens no programa e a correta realização desta quanto aos seus elementos processuais, verificando se estão sendo atendidas as condicionalidades do programa.	Observação censitária (feita em todos os postos de matrícula) A observação se realiza em, pelo menos, um turno de matrícula. O aplicador observa vinte atendimentos ou um período máximo de duas horas em cada local de matrícula.	Antes do início das aulas durante o período de matrículas fixado pelo calendário nacional das entradas.
Rotina 002 – Formação Inicial	Obter informações sobre o perfil e a formação inicial dos educadores e formadores	Observação realizada pelo aplicador e questionário estruturado aplicado aos professores e formadores presentes na formação	Antes do início das aulas durante o período de formação inicial dos educadores fixado pelas coordenações locais.
Rotina 003 – Verificação documental	Obter informações sobre a documentação apresentada no processo de matrícula dos jovens no ProJovem Urbano.	Formulário de registro estruturado preenchido pelo aplicador Amostragem (feita nas pastas que guardam a documentação dos alunos, obedecendo-se a uma contagem pré-determinada no instrumento). O percentual de amostra é 10% do número de alunos matriculados no município.	No terceiro mês de aula
Rotina 004 – Condições de Oferta	Apresentar resultados que possibilitem identificar situações que exijam intervenção e/ou providências imediatas nas coordenações locais e nos núcleos;	Observação censitária (feita em todos os núcleos)	No primeiro e segundo mês de aula. Reaplicada em todos os ciclos.
Rotina 005 – Frequência	Realizar o levantamento de informações sobre a frequência dos jovens e dos educadores nos núcleos.	Observação censitária (feita em todos os núcleos)	Realizada no quinto mês de aula. Reaplicada em todos os ciclos.



Rotina 006 – Qualificação Profissional	Obter informações acerca dos Arcos Ocupacionais oferecidos pelos municípios.	Observação e entrevista estruturada. Um questionário aplicado à coordenação local. Um questionário de observação preenchido pelo aplicador em todos os locais que oferecem os arcos. Censitária (feita em todos os locais em que são oferecidos os arcos ocupacionais)	Realizada no quarto e quinto mês de aula. Reaplicada em todos os ciclos.
Rotina 007 – Formação Continuada	Obter informações sobre a formação continuada dos educadores.	Um questionário respondido pelo educador. Censitária (feita com todos os educadores presentes no dia da aplicação).	Realizada em todos os ciclos durante as formações continuadas dos educadores. Reaplicada em todos os ciclos.

QUADRO 1: Resumo das rotinas de supervisão

APÊNDICE B

Instrumento	Objetivo	Caracterização das técnicas utilizadas	Período de aplicação
Rotina CE1 Verificação Documental	Obter informações sobre a documentação apresentada no processo de matrícula dos jovens no ProJovem Urbano.	Formulário de registro estruturado preenchido pelo aplicador Amostrai (feita nas pastas que guardam a documentação dos alunos, obedecendo-se a uma contagem pré-determinada no instrumento). O percentual de amostra é 10% do número de alunos matriculados no município.	No segundo mês de aula
Rotina CE2 Geral dos núcleos	Obter informações sobre as condições de oferta dos núcleos e sobre a frequência de alunos e educadores nos núcleos.	Observação censitária (em todos os núcleos de todos os municípios)	Aplicação em dois momentos: entre o 3º e o 7º mês de atividades com repetição entre o 9º e 13º mês de atividades.
Rotina CE3 Instrumento do Educador	Obter informações sobre o perfil do educador, a formação inicial e continuada.	Questionário respondido por todos os professores presentes no núcleo no dia da observação do aplicador	Aplicação em dois momentos: entre o 3º e o 7º mês de atividades com repetição entre o 9º e 13º mês de atividades.
Rotina CE4 Qualificação Profissional	Obter informações acerca dos Arcos Ocupacionais com maior número de alunos matriculados em cada município vinculado ao estado.	Observação Questionário de observação preenchido pelo aplicador no arco com maior número de alunos matriculados no município. Caso o arco aconteça em mais de um local (núcleo e oficina externa), a supervisão acontece no local onde as atividades práticas são desenvolvidas.	Aplicação em dois momentos: entre o 3º e o 7º mês de atividades com repetição entre o 9º e 13º mês de atividades.

QUADRO 2: Resumo das rotinas de supervisão (Estado)